

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS UFPB/PU/Nº 003/2013 – 23/12/2013.

**JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**  
**PROCESSO 23074.000871/2014-79, DE 01/11/2013.**

A empresa **IMA CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ nº **09.009.815/0001-04** protocolou Recurso Administrativo nesta PU sob Nº **23074.000871/2014-79**, protocolado em 09/01/2014 e recebido em **13/01/2014**, com a finalidade de **ANULAR o Julgamento das Propostas do Certame em epígrafe, sob a alegação de que o referido Julgamento e a DESCLASSIFICAÇÃO da Impe- trante se deu por “erros aritméticos” ou de “elaboração de planilha”, sugerindo, ainda que de- veria ser aplicada a “Lei do Certame” de forma “justa e equânime para todos os participantes” (grifamos alguns termos).**

Por fim, com base em alegações de erros aritméticos das demais Licitantes, re- quer a **ANULAÇÃO** do Processo Licitatório ou do Julgamento das propostas.

**RAZÕES E CONCLUSÃO:**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária, conclui que o pedido não procede, e passa a expor as suas razões:

- a) **A CPL/PU sempre se pautou, dentre outros Princípios da Administração Pú- blica, o da IMPESSOALIDADE. E assim, sob tal égide, procedeu à análise e jul- gamento das propostas do certame em pauta;**

- b) Todas as Planilhas foram analisadas e seus valores ajustados, de acordo com a Cláusula 8, e sub-cláusulas, do Instrumento Convocatório;
- c) A Planilha do preço Básico fornecida pela PU/UFPB, bem como as suas composições de custos, de BDI, de Encargos Sociais, e outras peças que a compõem, cabendo a cada Licitante elaborar seus próprios custos, baseados nas despesas inerentes ao desempenho de sua atividade;
- d) O que não é permitido, sob quaisquer alegações, é que uma Licitante apresente em seus insumos, valores incompatíveis com o mercado, ou, ainda, em desconformidade com Dissídios Coletivos das Categorias envolvidas com a atividade de Construção Civil, caso em que se enquadra os objetos deste Certame;
- e) A RECLAMANTE apresentou em sua lista de insumos, valores incompatíveis com os preços praticados no mercado, regidos pelas Convenções Coletivas e, com um agravante: APRESENTOU VALORES ABAIXO DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL, em desconformidade com a Constituição Federal em seu Art. 7º, IV e VII e Art. 201º, §2º, que transcrevemos:

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;*

*(...)*

*VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;*

-----

*Art. 201. (...)*



§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

- f) Como se vê, não se trata de meros “erros aritméticos”. A Administração da PU/UFPB não pode compactuar com a desobediência à própria Constituição Federal.

Diante das razões expostas, a CPL, INDEFERE o Recurso e determina a Continuidade do Processo.

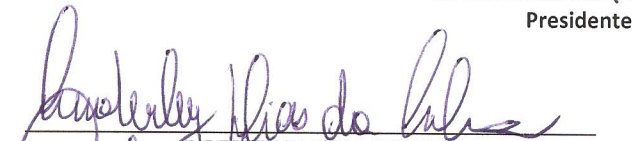
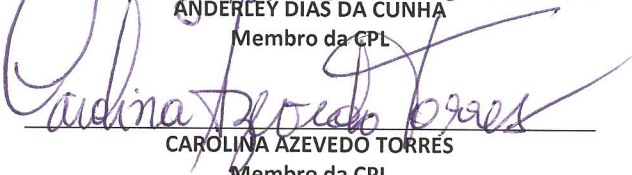
**É O JULGAMENTO DO RECURSO:**

MANTER O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, por considerar que o citado **PLEITO** não é procedente.

João Pessoa – PB, 14 de Janeiro de 2014.



MARCOS ANTÔNIO CARNEIRO PEDROSA  
Presidente da CPL/PU

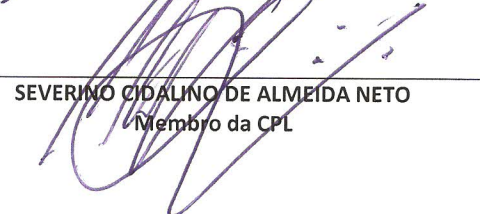
  


ANDERLEY DIAS DA CUNHA  
Membro da CPL

CAROLINA AZEVEDO TORRES  
Membro da CPL

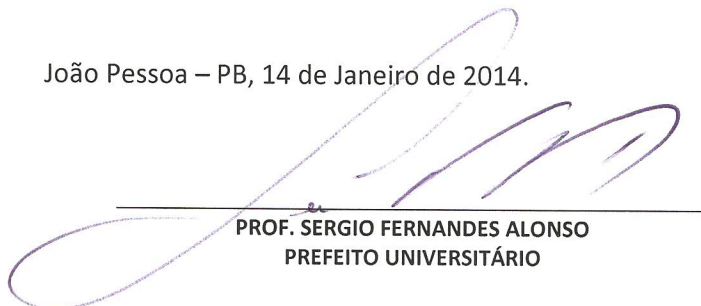


AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA  
Membro da CPL

  
SEVERINO CIDALINO DE ALMEIDA NETO  
Membro da CPL

Ratifico a decisão da CPL-PU.

João Pessoa – PB, 14 de Janeiro de 2014.



PROF. SÉRGIO FERNANDES ALONSO  
PREFEITO UNIVERSITÁRIO